



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores de automóveis, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do semestre, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 84,9 milhões, correspondendo a R\$ 3.625,35 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3,0 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 5,74% sobre o Patrimônio Líquido médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em 27 de fevereiro de 2015 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 26,7 milhões, pagos em 4 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2015, o total de Ativos somava R\$ 84,7 bilhões, destacando-se R\$ 48,1 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 3,5 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Financiamento, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 77,8 bilhões de Debêntures e R\$ 107,9 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 2,8 bilhões. A Instituição possuía 479.677.626 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 15,8 bilhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no semestre, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		PASSIVO	
2015	2014	2015	2014
ATIVO			
CIRCULANTE	77.725.183	76.034.338	6.862.050
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	8.334	8.334	5.862.322
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	48.088.650	59.400.214	5.692.922
Aplicações no Mercado Aberto	26.137.263	29.124.507	51.328
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.951.387	30.279.707	51.328
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	29.458.075	16.497.761	948.400
Carteira Própria	29.396.966	15.806.420	25.500
Vinculados à Prestação de Garantias	61.109	677.041	132.018
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(69.246)	(132.241)	790.882
Operações de Arrendamentos a Receber:			
- Setor Privado	1.600.572	2.108.932	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.540.424)	(2.038.278)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(129.394)	(202.895)	
OUTROS CRÉDITOS	207.439	209.672	
Rendas a Receber (Nota 8a)			
Diversos (Nota 8b)	207.439	209.672	
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(88)	
OUTROS VALORES E BENS	31.931	48.002	
Outros Valores e Bens	66.387	109.959	
Provisões para Desvalorizações	(34.456)	(61.957)	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	659.779	1.067.598	3.041.438
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	854	476.697	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	854	476.697	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(82.197)	(146.305)	
Operações de Arrendamentos a Receber:			
- Setor Privado	1.812.255	2.503.823	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.811.869)	(2.503.823)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(82.588)	(146.814)	
OUTROS CRÉDITOS	740.588	736.526	
Diversos (Nota 8b)	740.588	736.526	
OUTROS VALORES E BENS	534	680	
Despesas Antecipadas	534	680	
PERMANENTE	6.292.240	7.838.983	2.899.051
INVESTIMENTOS (Nota 9)	52.274	48.820	
Participações em Coligadas:			
- No País	45.459	42.005	
Outros Investimentos	26.394	26.394	
Provisões para Perdas em Participações em Coligadas	(19.579)	(19.579)	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	3.375	4.269	
Imóveis de Uso	25.056	25.056	
Outras Imobilizações de Uso	155	155	
Depreciações Acumuladas	(21.681)	(20.886)	
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7 e 10)	6.236.591	7.785.894	
Bens Arrendados	9.525.982	11.622.303	
Depreciações Acumuladas	(3.289.391)	(3.836.409)	
TOTAL	84.677.202	84.940.919	84.677.202

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil	
2015	2014	Capital Social	Reservas de Lucros Legal e Estatutária
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.636.826	2.290.537	2.064.131
Operações de Crédito (Nota 7g)	53.705	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	1.206.257	-	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	4.396.864	-	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.409.801)		
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	(4.440.787)	-	-
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	(95.014)	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	(90.050)	-	-
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	12.920	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	227.025		
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(67.343)		
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(25.593)	-	-
Despesas Tributárias (Nota 17)	(23.357)	-	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.822	-	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	40.563	-	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(60.759)	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	159.701		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(18.972)		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	140.729		
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(55.816)		
LUCRO LÍQUIDO	84.913		
Número de ações (Nota 15a)	23.422		
Lucro por ação em R\$	3.625,35		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil	
2015	2014	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	140.729	304.070	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	952.210	1.195.789	
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.920)	(8.888)	
Depreciações e Amortizações	785.021	1.033.061	
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	12.513	9.588	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.822)	(1.496)	
Insuficiência da Depreciação	149.296	161.345	
Perda na Alienação de Bens Não de Uso Próprio	6.090	1.848	
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	14.032	17.761	
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.092.939	1.499.859	
(Aumento/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez)	12.233.323	(8.889.471)	
(Aumento/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos)	(2.640.241)	(294.536)	
(Aumento/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens)	6.218	(47.310)	
(Aumento/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil)	2.510	20.257	
(Aumento/Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses)	(25.010)	(18.804)	
(Aumento/Redução em Outras Obrigações)	(153.682)	(59.320)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(93.725)	(119.585)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	10.411.012	(7.908.910)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(507.632)	(1.065.712)	
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	323.180	426.910	
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(28.565)	(27.301)	
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	16.196	16.196	
Dividendos Recebidos	30	21	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(196.791)	(657.214)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
(Aumento/Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	(5.088.847)	3.673.547	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(22.695)	(1.981.500)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(5.111.542)	1.692.047	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.102.679	(6.874.077)	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	8.727.049	16.044.560	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	13.829.728	9.170.483	
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.102.679	(6.874.077)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Incluem estimativas e pressupostos, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estimados por essas estimativas e pressupostos.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

c) Caixa e equivalentes de caixa
As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação
Títulos para negociação - são aqueles com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil
A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:
I - Arrendamentos a receber
Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)
Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.
III - Imobilizado de arrendamento
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos
Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação
Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumários nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que con-

cerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/95, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa
O resultado estimado das operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente	
• de 15 a 30 dias	B	B
• de 31 a 60 dias	C	C
• de 61 a 90 dias	D	D
• de 91 a 120 dias	E	E
• de 121 a 150 dias	F	F
• de 151 a 180 dias	G	G
• superior a 180 dias	H	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrued*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As negociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão reconhecidos quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilizando com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores do imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 22.

h) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que geram receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

i) Investimentos
Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma

continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.923/09 do CNM e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 13.

m) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata dia).

n) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	8.334	6.930
Total de disponibilidades (caixa)	8.334	6.930
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	13.821.394	9.163.553
Total caixa e equivalentes de caixa	13.829.728	9.170.483

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	8.334	6.930
Total de disponibilidades (caixa)	8.334	6.930
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	13.821.394	9.163.553
Total caixa e equivalentes de caixa	13.829.728	9.170.483

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Classificação por categoria e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Títulos para negociação (3)	26.267.087	601.041	316.711
Letras financeiras do tesouro	1.146.044	601.041	311.371
Certificados de depósito bancário	-	-	-
Debêntures	-	-	4.768
Letras do tesouro nacional	7.096.122	-	572
Notas do tesouro nacional	18.024.921	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-
Ações	-	-	-
Total em 2015	26.267.087	601.041	316.711
Total em 2014	14.670.012	427.194	228.226

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício a Bradesco Leasing possuiu R\$ 29.396.966 mil (2014 - R\$ 15.820.677 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	2.907.244	3.231.099
Títulos de renda fixa	1.489.620	459.238
Total	4.396.864	3.690.337

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014.

Análise de sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08
A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas consistentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e avanço regulamentados pelo Bacen.

Alocação de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e a Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira Trading: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à reversão, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira Banking: composta por operações não classificadas na Carteira Trading, provenientes dos demais negócios da Instituição.

De acordo com a natureza das suas atividades, a Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil possui em seu portfólio apenas operações classificadas na Carteira Banking.

	Carteira Banking (1)					
	Junho 2015			Junho 2014		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em Reais	-	-	-	-	-	-
Índices de preços	(154)	(50.508)	(96.220)	(191)	(53.527)	(103.124)
Cupom cambial	(1)	(25)	(50)	-	-	-
Moeda estrangeira	(94)	(2.350)	(4.700)	(6)	(13)	(13)
Renda variável	(238)	(5.962)	(11.924)	-	-	-
Total sem correlação	(489)	(59.047)	(113.245)	(191)	(53.533)	(103.137)
Total com correlação	(324)	(52.054)	(99.301)	(191)	(53.528)	(103.126)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

e) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	2015	%	2014	%	2014	%
Setor privado	3.529.798	100,0	4.719.241	100,0		
Indústria	658.855	18,7	913.824	19,4		
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	126.007	3,6	187.084	4,0		
Alimentícia e bebidas	102.148	2,9	129.550	2,7		
Extração de minerais metálicos e não metálicos	42.096	1,2	72.305	1,5		
Química	54.542	1,5	69.762	1,5		
Edição, impressão e reprodução	41.970	1,2	62.967	1,3		
Artigos de borracha e plásticos	60.489	1,7	79.519	1,7		
Materiais não metálicos	42.078	1,2	64.474	1,4		
Móveis e produtos de madeira	59.162	1,7	60.544	1,3		
Têxtil e confecções	24.781	0,7	39.346	0,8		
Autopeças e acessórios	29.665	0,8	46.413	1,0		
Eletroeletrônica	21.130	0,6	31.815	0,7		
Extração de petróleo	14.375	0,4	18.408	0,4		
Papel e celulose	14.790	0,4	15.415	0,3		
Artefatos de couro	13.132	0,4	5.219	0,1		
Veículos leves e pesados	11.655	0,3	14.164	0,3		
Demais indústrias	9.835	0,3	16.839	0,4		

(1) Inclui os valores litigiosos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	Carteira						Provisão mínima requerida					
	% Mínimo de provisionamento requerido		Curso normal		Curso anormal		Específica		Genérica		Total	
	2015	%	2014	%	2014	%	2015	%	2014	%		
AA	-	-	72.960	-	72.960	2,1	-	-	-	-	-	
A	0,5	-	465.150	-	465.150	13,2	-	2.326	2.326	1,1	2.522	
B	1,0	-	2.652.858	13,931	2.666.789	75,6	9	131	26.528	12,6	14.110	
C	3,0	-	18.310	25,219	43.529	1,2	70	686	549	0,6	67.153	
Subtotal	3.209.278	99,150	3.209.278	99,150	3.248.428	92,1	79	817	29.403	14,3	83.515	
D	10,0	-	36.604	49,953	39.563	1,4	461	3.200	4.996	2,4	19.354	
E	30,0	-	13.718	21,236	34.954	1,0	1.171	5.199	4.116	4,9	15.650	
F	50,0	-	12.694	21,191	33.885	1,0	2.241	8.355	6.347	8,0	27.426	
G	70,0	-	2.514	41,887	44.401	1,3	5.821	23.500	1.760	31,081	14,7	15.157
H	100,0	-	17.159	101,018	118.177	3,2	34.251	66.767	17.159	118,177	55,7	188.695
Subtotal	59.434	1,8	221.936	281,370	281,370	7,9	43.945	107.021	30.717	15,2	266.282	
Total em 2015	3.268.712	100,0	3.268.712	100,0	3.529.798	100,0	44.024	107.838	60.120	100,0	211.982	
Total em 2014	4.372.251	100,0	4.372.251	100,0	4.719.241	100,0	53.078	130.918	165.801	100,0	349.797	

(1) Inclui os valores litigiosos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Saldo inicial	233.832	386.358
Constituição (Reversão) de provisão	(12.920)	(26.588)
Reversão para prejuízo	(8.930)	(9.973)
Saldo final	211.982	349.797
- Provisão específica (1)	151.862	183.996
- Provisão genérica (2)	60.120	165.801
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)	33.705	45.626
Renovação de créditos no período	49.446	25.009

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

h) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Receitas de arrendamento mercantil	1.206.257	1.514.651
Despesas de arrendamento mercantil	(980.050)	(1.223.213)
Total	226.207	285.438

i) Imobilizado de arrendamento (1)

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Veículos e afins	4.173.542	5.715.469
Máquinas e equipamentos	2.649.978	3.135.358
Aeroplanos	2.090.465	2.123.688
Outros	474.940	507.601
Perdas em arrendamentos a amortizar (liquida) (Nota 3f - IV)	137.057	140.187
Total de bens arrendados (Nota 7b)	9.525.982	11.622.303

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada	3.834.128	4.260.687	2.067.788	12.230.693	3.743.967	-
Debêntures	3.834.128	4.260.687	2.067.788	12.230.693	3.743.967	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.125.797	1.665.303	-	10.160.287	-	854
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.125.797	1.665.303	-	10.160.287	-	854
Total em 2015	13.959.925	5.925.990	2.067.788	22.390.986	3.743.967	854
Total em 2014	8.222.189	3.956.082	869.306	41.058.288	5.359.369	476.697

b) Recitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	1.687.692	1.345.752
Subtotal	1.687.692	1.345.752
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.129.552	1.885.397
Total (Nota 5a)	2.907.244	3.231.099

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimentos	29.396.966	15.820.677
Ações	-	43
Vinculados à prestação de garantias	61.109	677.041

continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 47.509.120/0001-82
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial":

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social % (2)	Lucro líquido	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2015	2014	2015	2014
Aquarius Holdings Ltda	37.400	74.798	-	7.292	19.500	2.957	14.586	13.648	577	427
Sarell Participações em Investimentos Ltda	260.000	1.763.416	257	-	1.767	69.954	30.873	28.457	1.245	1.069
Total							45.459	42.005	1.822	1.496

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável; e
 (2) Investimentos com participações inferiores a 20%, entretanto foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial por serem as investidas integralmente controladas pela Organização Bradesco.

b) Outros investimentos

Aplicações por incentivos fiscais	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Títulos patrimoniais	25.988	25.988
Outros	3	3
Subtotal	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
Total	6.815	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO

Imóveis de uso:	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2015	2014
- Terrenos	-	2.714	(21.681)	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.342	(66)	22.276	22.276
Outras imobilizações de uso	20%	155	(155)	-	-
Total em 2015		25.211	(21.836)	3.375	4.269
Total em 2014		25.211	(20.942)	4.269	4.269

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A sociedade emissor registrou na CVM a emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
				2015	2014
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	11.179.520	11.210.364
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	12.225.346	11.345.297
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	21.066.973	24.538.009
Janeiro/2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	13.869.590	12.547.532
Junho/2011 (5)	4.750.000	2016	100% CDI	5.862.322	6.197.022
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	6.186.614	6.118.424
Outubro/2012 (6)	10.000.000	2032	100% CDI	7.361.195	5.636.233
Total	43.075.000			77.515.560	77.592.881

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:
 (1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 1.536.205 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 482.002 mil.
 (2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 4.369.392 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.370.948 mil.
 (3) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/002, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 20.606.773 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 6.465.616 mil.
 (4) Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
 (5) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 765.819 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 159.163 mil.
 (6) Simples, 190.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 14.619.715 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.065.250 mil da 1ª série e de R\$ 173.225 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 741.957 mil da 2ª série.
 (7) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 427.606.487 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 5.499.180 mil.

b) Repactuação de debêntures

Não houve repactuação das debêntures nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

c) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no semestre findo somou R\$ 4.440.787 mil (2014 - R\$ 3.679.911 mil), apropriadas em contas de resultado.

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos
FINAME	5.499	4.969	18.534	22.326	40.690	15.897
Total em 2015	5.499	4.969	18.534	22.326	40.690	15.897
%	5,1	4,6	17,2	20,7	37,7	10,0
Total em 2014	8.338	7.726	27.707	35.412	76.827	27.694
%	4,5	4,2	15,1	19,3	41,8	15,1

b) Despesas de operações de empréstimo e repasses

O montante de despesas de operações FINAME no semestre somou R\$ 1.884 mil (2014 - R\$ 3.458 mil), apropriadas em contas de resultado.

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCALS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - PIS; b) processo de revisão de multa de R\$ 2.448.985, na qual a administração levou em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e não decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

As principais questões são:
 CPMF - R\$ 117.099 mil (2014 - R\$ 112.080 mil) pleiteia, isoladamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas ao artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.
 IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 141.806 mil (2014 - R\$ 129.973 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14 da Lei nº 9.430/96 que se só aplicam as perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	25	72.969	274.952
Atualização monetária	1	4.337	11.253
Constituições líquidas de reversões	(26)	2.236	(5.288)
Pagamentos	-	(7.850)	-
Saldo em 30 de junho de 2015 (Nota 14)	-	71.892	280.917
Saldo em 30 de junho de 2014 (Nota 14)	255	68.665	266.441

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISON de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.150.716 mil (2014 - R\$ 1.124.251 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas nos quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões fiscais (Nota 13b)	280.917	266.441
Provisão para impostos e contribuições de natureza trabalhista, civil e fiscal	599.934	690.364
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	12.961	28.435
Impostos e contribuições a recolher	1.957	3.122
Total	895.769	988.362

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)	2.767.332	3.140.747
Provisões cíveis (Nota 13b)	71.892	68.665
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.171	918
Provisões trabalhistas (Nota 13b)	15.119	255
Outras	2.855.020	3.233.823
Total	6.516.534	6.584.352

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.290.000 mil (2014 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escritas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros:		
- Reserva legal (1)	233.760	218.610
- Reservas estatutárias (2)	517.678	390.424

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
 (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos semestres findos em 30 de junho:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido	84.913	181.464
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(4.246)	(9.073)
Base de cálculo	80.667	172.391
Dividendos propostos (1)	26.700	43.098
Juros sobre o capital próprio (2)	1.171	756
Imposto de renda retido na fonte	(4.005)	-
Valor líquido a pagar	22.866	25.000
Percentual em relação à base de cálculo	28,1%	14,5%
Valor em reais por ação	869,96	1.840,06

(1) Não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido ao Juro sobre o capital próprio distribuídos ser superior ao mínimo obrigatório de 25%; e
 (2) A Reunião da Diretoria de 27.2.2015 declarou juros sobre o capital próprio provisionados no montante de R\$ 26.700 mil pagos em 04.3.2015.

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Serviços técnicos especializados	11.498	6.006
Jurídicos processuais	7.971	8.601
Serviços do sistema financeiro	2.676	1.176
Processamento de dados	1.171	756
Aprensão de bens	997	2.097
Propaganda, promoções e publicidade	577	708
Depreciações e amortizações	447	147
Serviços de terceiros	100	187
Emolumentos judiciais e cartorários	117	146
Outras	114	146
Total	25.593	19.241

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à Cofins	7.827	13.051
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2.469	2.121
Contribuição ao PIS	1.288	3.134
Outras (1)	11.673	2.185
Total	23.357	20.491

(1) Refere-se basicamente a despesas com IPVA de veículos arrendados.

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Outras receitas financeiras	32.982	26.096
Reversões de provisões civis e fiscais	4.301	1.073
Cadastros	2.763	4.215
Outras	527	2
Total	40.563	30.386

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Outras despesas financeiras (2)	39.852	7.921
Descontos concedidos	9.796	12.711
Provisões civis e fiscais	8.593	5.704
Out		

